



Perspectivas da Comunicação Pública no Brasil e monitoramento do telejornalismo: o lugar dos Direitos Humanos nos telejornais da TV Brasil¹

Iluska Maria da Silva Coutinho, Universidade Federal de Juiz de Fora²

Luiz Felipe Novais Falcão, Universidade Federal de Juiz de Fora³

Palavras-chave: Comunicação pública; TV Pública; Monitoramento; Direitos Humanos; Telejornalismo

Resumo expandido: O conceito de Comunicação Pública não é unânime no Brasil. Longe do consenso, ele está em disputa tanto acadêmica quanto no interior da sociedade diante de suas nuances e aplicabilidades. Mesmo diante da existência de uma emissora pública de alcance nacional, a TV Brasil, uma parcela significativa da população ainda não se apropriou totalmente do entendimento do que é a Comunicação Pública e suas implicações, principalmente na cobertura jornalística.

O artigo apresenta os resultados preliminares de projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do PPGCOM-UFJF que busca realizar análise crítica da cobertura dos Direitos Humanos nos telejornais da TV Brasil, tendo como referência o monitoramento da cobertura realizada pela emissora pública em diferenciais quanto à diversidade, pluralismo e a estímulo à participação cidadã, em que pesem o contexto de precarização institucional e profissional da Comunicação Pública no país. A investigação é realizada no âmbito do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora, com base na metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho, 2016).

A TV Brasil faz parte do conjunto de veículos de Comunicação Pública da Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Foi criada em 2007, por meio da MP398, e é fruto da iniciativa do

¹ Trabalho submetido ao Encontro Regional Sudeste 2025 de Ensino de Jornalismo - GP Produção Científica.

² Professora titular da UFJF, doutora em Comunicação, coordenadora do Núcleo de Jornalismo e audiovisual (NJA). iluska.coutinho@ufjf.br

³ Doutor em Comunicação, jornalista e pós-doutorando no PPGCOM-UFJF. luizfelipefalcao@gmail.com



Poder Executivo durante o primeiro mandato do presidente Lula e, também, da mobilização popular de camadas da sociedade civil e dos movimentos ligados à Comunicação Pública (Valente, 2009) (Coutinho, 2013) (Falcão, 2019, 2024). A defesa, à época, dos movimentos sociais que participaram do I Fórum Nacional da Criação de TVs Públicas, instância de fomento para a criação da emissora, era de estabelecer um veículo sob o entendimento de um compromisso da TV Pública com a promoção da formação crítica das pessoas, com a ampliação do espaço para as diversidades e identidades do Brasil, com a garantia do acesso pelo público à informação, educação, cultura e direitos humanos, com autonomia em relação a mercado e governo e gerida a partir de espaços colegiados de discussão (Falcão, 2024, p.117)

Tal perspectiva se apoia na determinação constitucional, prevista no artigo 223, da existência de sistemas complementares de comunicação (público, estatal e privado) em que a Comunicação Pública promoveria maior pluralidade de vozes, mais acesso à informação, cidadania e novas perspectivas na mídia brasileira (Brasil, 1988). Apesar disso, o entendimento sobre o que é a Comunicação Pública não é unânime para a população e para pesquisadores, como asseguram Akemi Nitahara e Cristina Luz (2020, 2021). Isso decorre das lacunas na experiência da comunicação pública, e também em sua fragilidade institucional. A EBC, empresa à qual a TV Brasil está vinculada, sofreu mudanças estruturais desde 2018 que reduziram sua já frágil autonomia editorial, com a extinção do Conselho Curador e do mandato fixo da presidência por meio de medida provisória publicada no governo Temer. Apenas em junho de 2025 a participação social na empresa é retomada de forma parcial com a instação do Comitê Editorial e de Programação (Comep) e o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi).

A proposta de comunicação científica apresenta os resultados de análise de reportagens da da TV Brasil que foram finalistas do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos em 2024 e 2025. Os materiais permitem compreender as potencialidades cidadãos do telejornalismo produzido em uma emissora pública, com produção de peças que materializam a complementariedade da radiodifusão prevista na Constituição Federal.



Referências:

Coutinho, Iluska (org). A informação na TV pública. Florianópolis: Insular, 2013.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom: São Paulo, 2016.

FALCÃO, Luiz Felipe Novais. Comunicação pública e mobilização social: narrativas, televisualidades e engajamento virtual na campanha da “Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública”. 2019. disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9554>

FALCÃO, Luiz Felipe Novais. Telejornalismo e poder: enquadramentos telejornalísticos do governo Bolsonaro como indicadores da autopercepção sobre a função social do jornalismo na contemporaneidade. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/17792>

NITAHARA, A.; DA LUZ, C. R. M. A EBC e a Comunicação Pública no Brasil. Liinc em Revista, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e5130, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i1.5130. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5130>. Acesso em: 21 abr. 2025.

NITAHARA, Akemi; DA LUZ, Cristina Rego Monteiro. O desmonte da participação social na EBC. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ISSN: 1518-2487), v. 23, n. 2, p. 22-37, 2021.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. vi, 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PRÊMIO VLADIMIR HERZOG. Disponível: <https://premiovladimirherzog.org/>.